



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana
ANO 2019 Abril Nº 314**

O EXÉRCITO DE TODOS NÓS

Sérgio Pinto Monteiro*

Era 15 de fevereiro de 1630 e o nordeste brasileiro começava a viver o pesadelo da invasão dos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Naquele dia, a cidade de Recife acordou sob o bombardeio da esquadra do Almirante Hendrick Loncq, formada por 50 navios e 7.000 homens. Começava a segunda tentativa dos batavos de se apossar do território brasileiro. Seis anos antes, em 8 de maio de 1624, atacaram e ocuparam Salvador. A reação luso-brasileira, apoiada pela população, não se fez esperar. Militarmente inferiorizadas, nossas forças reagiram com uma intensa guerra de emboscadas. A metrópole portuguesa, com o apoio da Espanha, mandou ao Brasil uma poderosa esquadra de 52 navios e 12.000 homens, entre soldados e marinheiros portugueses e espanhóis, que expulsaram os holandeses da Bahia em 30 de abril de 1625, menos de um ano após o início da ocupação.

Cinco anos decorridos da derrota em solo baiano, a posição estratégica de Recife, a excelência de seu porto natural, a proximidade da Europa e da África e as fracas defesas locais, proporcionaram ao invasor as condições favoráveis a uma nova e vitoriosa campanha, colocando, por 24 anos, parte do nordeste brasileiro sob o domínio holandês.

Os pernambucanos resistiram ao invasor e contra ele lutaram bravamente. Matias de Albuquerque proclamou para toda a Capitania a disposição de lutar até a morte. O inimigo, após conquistar Recife e Olinda, tratou de fortificar suas posições. Como na Bahia, nossa resistência era baseada, principalmente, em emboscadas. Hoje, diríamos que seriam ações de comandos e forças especiais. Construimos, em local estratégico, como baluarte para impedir a penetração do adversário no interior, a fortificação do Arraial do Bom Jesus, que resistiu por cinco anos às investidas dos batavos.

No dia 23 de maio de 1645, dezoito líderes da Insurreição Pernambucana assinaram um *Termo Compromisso* onde, pela vez primeira em documento, se usava a palavra *pátria*, no seu sentido atual. Há também, no *Compromisso*, providências que hoje seriam consideradas como mobilização de Reservas:

“NÓS ABAIXO ASSINADOS NOS CONJURAMOS E PROMETEMOS EM SERVIÇO DA LIBERDADE, NÃO FALTAR A TODO O TEMPO QUE FOR NECESSÁRIO, COM TODA AJUDA DE FAZENDAS E DE PESSOAS, CONTRA QUALQUER INIMIGO, EM RESTAURAÇÃO DA NOSSA PÁTRIA; PARA O QUE NOS OBRIGAMOS A MANTER TODO O SEGREDO QUE NISTO CONVÉM...”.

Estava criado, segundo o mestre Capistrano de Abreu, o sentimento da existência nacional brasileira, que iria se fortalecer ao longo dos próximos dois séculos, até a Independência em 1822.

Paralelamente, surgia, consolidado, o Exército de Patriotas, formado pela fusão das três etnias - branca, negra e índia - com suas miscigenações. Nascia o Exército Brasileiro, democracia multirracial, sem discriminações nem preconceitos, sem cotas, numa pluralidade étnica e social unida pela alma de combatente do nosso soldado.

Em 18 de abril de 1648, o exército holandês com 7.400 homens marchou no sentido Barreta-Guararapes, tendo como objetivo final apoderar-se do cabo de Santo Agostinho. O exército patriota, com 2.200 homens, deslocou-se para interceptar o invasor. O sargento-mor Antônio Dias Cardoso, como “soldado mais prático e experiente” sugeriu que o melhor campo de batalha seria o Boqueirão dos Guararapes. Na manhã de 19 de abril, primeiro domingo após a páscoa (pascoela), dia de Nossa Senhora dos Prazeres, Dias Cardoso, no comando de 200 homens, investiu contra a vanguarda inimiga para, em seguida, retrair em direção ao interior do Boqueirão onde o restante do nosso exército estava escondido, pronto para a batalha. Ao comando de “ás de espadas” os patriotas se lançaram sobre o inimigo. O terço (regimento) de Pernambuco, comandado por João Fernandes Vieira, auxiliado por Dias Cardoso, rompeu o inimigo nos alagados; os índios de Felipe Camarão assaltaram a ala direita dos holandeses; o terço dos negros de Henrique Dias atacou a ala esquerda, ficando as tropas de Vidal de Negreiros em reserva. Os batavos contra-atacaram com suas reservas de 1.200 homens, enquadrando o terço de Henrique Dias. Os patriotas, habilmente, lançaram a reserva de Vidal de Negreiros no momento adequado. Foram 4 horas de confronto, entre alagados e morros. Ao final, o exército holandês, derrotado, retirou-se com pesadas perdas - 1.038 combatentes entre mortos e feridos. Já os patriotas, tiveram 84 mortos e 400 feridos.

A batalha final que culminou com a derrota e expulsão do invasor holandês ocorreu em 14 de janeiro de 1654, quando o exército patriota atacou o último reduto inimigo em Recife. Após dez dias de combates, a cidade foi reconquistada. No dia 26 de janeiro, na Campina da Taborda, os holandeses assinaram a rendição e retiraram todas as suas forças do Brasil. As vitórias nas Batalhas dos

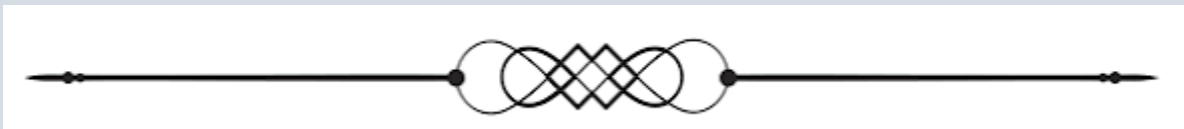
Guararapes uniram, no nascedouro, os conceitos de pátria e exército. E o dia da primeira vitória - 19 de abril de 1648 - por decreto presidencial de 24 de março de 1994, foi escolhido para Dia do Exército.

Em 19 de abril, decorridos 371 anos da primeira vitória que culminou com a expulsão do invasor holandês, o Exército Brasileiro - instituição detentora dos maiores índices de confiabilidade do nosso povo - comemora a sua data de origem, num momento em que a nação vivencia tempos de mudanças, onde o cidadão de bem, estarrecido, constata que, nos últimos anos, o nosso país foi vilipendiado por maus compatriotas que, durante o dia ludibriaram o povo em nome de uma falsa democracia para, na calada da noite, tramarem contra ela e assaltarem os cofres da nação. As últimas eleições revelaram, claramente, que a sociedade nacional despertou de um longo pesadelo. O resultado das urnas evidenciou que a população clama por novos rumos, onde prevaleçam os princípios, tradições e valores que forjaram a nacionalidade e a HONESTIDADE, COMPETÊNCIA e JUSTIÇA sejam dominantes nos poderes da república. O Brasil não é um reduto de traidores, corruptos, incapazes e sectários. Somos um povo simples, bondoso, às vezes até meio ingênuo, mas profundamente patriota e sempre pronto a defender a grandeza e a soberania da nação. Novas e importantes lideranças estão surgindo. E a ESPERANÇA de um país renovado brilha, novamente, no horizonte da Pátria.

As Forças Armadas, por sua gloriosa história e elevada envergadura moral, são hoje o sustentáculo de melhores tempos. O Dia do Exército será comemorado condignamente nas organizações militares. Mas a data que lembra as vitórias de Guararapes e a epopeia daquele punhado de bravos, não serão destaques numa parcela da mídia que, comprometida ideologicamente ou movida por interesses escusos, mantém uma postura hostil aos militares. Felizmente, as redes sociais são hoje um fortíssimo instrumento de revelação da vontade popular. E lá veremos as mensagens de cumprimentos da população ao Exército de todos nós.

PARABÉNS, MEU INVENCÍVEL EXÉRCITO!

***o autor é historiador, oficial R/2 do Exército Brasileiro, Patrono do Conselho Nacional de Oficiais da Reserva, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da Academia Brasileira de Defesa e do Instituto Histórico de Petrópolis.**



A GRANDEZA NACIONAL: territorialidade exclusiva

Euripedes Falcão Vieira*

O Brasil é um continente de riquezas sem igual na geografia mundial. À imensa área terrestre de mais de oito milhões e meio de km² somam-se mais de três milhões de km² da Amazônia Azul (mar patrimonial de 200 milhas - março/1970) que se estende do rio Oiapoque à foz do arroio Chuí na fronteira sul, em mais de 7.300 km de extensão por 370 km de largura. A imensa área nacional, sem barreiras geográficas e climáticas à conquista permitiu, a partir dos anos 1500, pela extraordinária janela atlântica, o domínio português por mais de três séculos na forma de colonialismo estatal. Se por um lado foi um longo período de transferência de riquezas, por outro ficou o legado da unidade nacional em territorialidade exclusiva e na comunicação linguística. A fronteira terrestre, com nove países, em mais de 15.000 km de extensão, dá o contorno desse extraordinário e rico país.

Mas o que é, afinal, a territorialidade exclusiva, pressuposto da Grandeza Nacional? É na verdade, a propriedade nua da nação, a área total com suas riquezas naturais e patrimoniais estratégicas criadas para o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira. Nessa propriedade nua se configura a grandeza da nação. Nela estão nossas riquezas de subsolo, minerais e aquíferas, a riqueza de nossos mananciais de água doce, nossa afortunada biodiversidade e o mar patrimonial que corresponde a cerca de 1/3 da área terrestre. Não é preciso listar a imensa riqueza nesse continente azul, mas é bom lembrar que foi com o decreto que instituiu as duzentas milhas oceânicas de plataforma marinha que viria, anos mais tarde, assegurar para o Brasil as grandes riquezas de petróleo em águas profundas.

A territorialidade exclusiva inclui, ainda, as empresas estatais estratégicas de geração de energia, diversas fontes, as reservas minerais, a de exploração de petróleo em águas profundas, os bancos oficiais voltados ao financiamento da produção de bens econômicos com fins sociais. Igualmente nossa produção no campo da ciência e tecnologia, com avanços

indiscutíveis na área do agronegócio, aviação, defesa, pesquisas em biologia marinha, medicina e tecnologia da informação.

Diante da realidade física, do conhecimento e das políticas públicas em momentos decisivos da evolução nacional consolidou-se, fortemente, a territorialidade exclusiva. Mudanças de conceituação e teorias da transterritorialidade tem ocorrido nos últimos anos. Faz parte do cenário político e econômico global. Contudo, o Estado não mudou ou inovou sua vinculação com a nação, uma interação de origem, de caráter político e de consciência nacional. Embora os investimentos externos de ordem transterritorial sejam parte dos negócios em economia aberta às demais nações, a territorialidade exclusiva, que baliza a grandeza nacional, deve ser preservada de tendências a alinhamentos de ocasião na política externa.

A grandeza nacional se dimensiona na territorialidade exclusiva continental, marinha e espaço aéreo. A garantia da grandeza nacional nas três dimensões está no poder patriótico, no civismo e nas forças armadas qualificadas em seus contingentes humanos e equipadas com instrumental de defesa moderno e de tecnologia de ponta.

O Estado Nacional deve estar acima de governos com políticas salvacionistas, metas separadas do todo, bruscos alinhamentos com potências estrangeiras que não representam um contexto de relações de negócios adequado às políticas geoeconômicas no atual ideário da globalização. O Estado Nacional deve ter uma base econômica, social e de defesa solidamente estabelecida. Assim, a Grandeza Nacional será preservada da selvageria do poder financeiro global!

*professor e ex-Reitor da FURG.



Da Casa do Trem à AMAN

(Conforme BENTO, Claudio Moreira. 2010 – 200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: FAHIMTB, 2010; BRAGA, Gustavo Lisboa. Da Casa do trem à AMAN. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011; e dados da Wikipédia, confirmados em outras fontes).

Em 1762, o Governador do Rio de Janeiro Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro - Conde de Bobadela, manda erigir a Casa do Trem, ao lado do Forte de Santiago, destinada à guarda dos armamentos (trem de artilharia) das novas tropas enviadas por Portugal para reforçar a defesa da cidade, ameaçada por corsários em busca do ouro vindo das Minas Gerais.

Com a elevação do Rio de Janeiro à condição de capital do Estado do Brasil, foi construído, em 1764, junto à Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, destinado ao reparo de armas e fabricação de munições.

A chegada da família real, a Independência e o estabelecimento do Império transformaram o conjunto da casa do Trem e do Arsenal de Guerra num grande centro de produção e guarda de armas e munições para o Exército Brasileiro.

A Academia Real Militar foi uma instituição militar portuguesa de ensino superior, sucessora da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho em Lisboa (1790) e da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que funcionou nas dependências da Casa do Trem de Artilharia na Ponta do Calabouço, Rio de Janeiro.

Esta Academia foi fundada em 17 Dez 1792, e funcionava nas dependências da Casa do Trem, atual local do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Foi a antecessora das escolas de formação de oficiais do Exército. Dela se originou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que foi criada por carta régia de 4 de Dezembro de 1810, do então príncipe regente Dom João, futuro Dom João VI, após o falecimento de sua mãe Dona Maria I. Dois anos antes, a família real havia transferido a corte de Lisboa para o Brasil.

A Academia Real Militar iniciou as suas atividades em 23 de abril de 1811 e foi a primeira escola de engenharia no Brasil. Em 2019, completou 208 anos.

O português Francisco de Borja Garção Stockler e o alemão Wilhelm Ludwig Freiherr von Eschwege - Barão de Eschwege, tiveram papel importante na estruturação do ensino nas áreas da matemática e da física da ARM.

A ARM foi implementada pelo Ministro e Secretário da Guerra Dom Rodrigo de Souza Coutinho - Conde de Linhares. Foi inaugurada, como já foi mencionado, em 23 de abril de 1811, e teve como primeiro comandante o Brigadeiro Carlos

Antônio Napion, Inspetor de Artilharia e Fundições, atual patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro.

A ARM formava a oficialidade das diversas Armas, além de engenheiros, geógrafos e topógrafos, conforme definido em seu regulamento:

"...um curso regular de Ciências Exatas e de Observações, assim como de todos aqueles que são aplicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formam hábeis Oficiais de Artilharia, Engenharia e ainda Oficiais da classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes e calçadas".

Os cursos de Cavalaria e Infantaria, tinham duração de três anos. O de Engenharia durava seis anos. Neste curso, os alunos aprendiam Arquitetura Civil, Materiais de Construção, Caminhos e Calçadas, Hidráulica, Pontes, Canais, Diques e Comportas.

No oitavo ano era aplicada a disciplina chamada História militar dos povos.

Em 1812, a Academia foi transferida para o Largo de São Francisco de Paula, no mesmo edifício onde atualmente funciona o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com a Independência do Brasil, a Academia foi reformulada e unida à Academia Real dos Guarda-Marinhas e ao Observatório astronômico, em 1832. A Academia Militar e de Marinha, era dividida em quatro cursos científicos: curso matemático com quatro anos de duração; curso militar, de dois anos; curso de pontes e calçadas, dois anos; curso de construção naval, dois anos.

Os cursos deveriam ser frequentados pelos oficiais de acordo com sua especialização: os oficiais de infantaria e cavalaria deveriam frequentar o primeiro ano do curso matemático e o do curso militar; os de artilharia os três primeiros anos do curso matemático e o primeiro do curso militar; os engenheiros militares e os oficiais do Estado Maior, os três primeiros do curso matemático os dois do curso militar; os oficiais da marinha e os engenheiros geógrafos todo o curso matemático mais a prática do Observatório; os engenheiros de pontes e calçadas os três primeiros anos do curso matemático e os dois do curso de pontes e

calçadas; os engenheiros construtores navais três primeiros anos do curso matemático e os dois do curso de construção naval.

O regulamento estabelecia dois cursos diversos: um curso militar para os oficiais das três armas principais do exército; um curso completo para os oficiais engenheiros de todas as classes. O curso militar tinha duração de três anos. O curso completo de engenheiros era comum nos três primeiros anos, e tinha mais três anos a seguir. Além dos estudos havia exercícios de campo a que eram obrigados todos os discípulos.

Da Casa do Trem (atualmente parte do Museu Histórico Nacional), a Academia Real Militar teve sua sede transferida, em 1812, para o Largo de São Francisco de Paula, ocupando o primeiro prédio construído no Brasil para abrigar uma escola hoje dita superior. A Escola situada no Largo de São Francisco é considerada o Berço da Engenharia Brasileira, funcionando ali até 1966. Atualmente, o prédio está ocupado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

A Academia Real Militar passou às denominações de Escola Militar e, em 1858, de Escola Central. O ensino nessa Escola abrangia três cursos distintos: um curso teórico de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, um curso de Engenharia e Ciências Militares, e um curso de Engenharia Civil voltado para as técnicas de construção de estradas, pontes, canais e edifícios, ministrado aos não-militares, ou seja, aos civis que frequentavam as aulas.

A Escola da Praia Vermelha, criada em 1857, no Rio de Janeiro, então capital do Império, foi um desdobramento da Escola Central, localizada no largo de São Francisco, até então único estabelecimento de ensino superior do Exército e única escola do Império a formar engenheiros, tanto civis quanto militares. O objetivo do governo era proporcionar, na Praia Vermelha, um ensino prático que complementasse o ensino teórico ministrado na Escola Central. A instituição funcionou até 1904, quando da Revolta da Vacina.

Na ordem, foram estas as escolas de formação de oficiais do EB:

- 1) 1699: Curso de Artilharia (Ponta do Calabouço);
- 2) 1700: Curso de Fortificação (Idem);

- 3) 1792: Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (Idem);
- 4) 1792: Casa do Trem (Idem - local do atual Museu Histórico Nacional);
- 5) 1799: Academia Militar (Idem);
- 6) 1810/11: Academia Real Militar (Idem);
- 7) 1812: Escola Militar do Largo de São Francisco, com os nomes sucessivos de Academia Real Militar 1812/31, Academia Militar da Corte (1832/38) e Escola Militar (1839/58);
- 8) 1855/1904: Escola Militar da Praia Vermelha;

Nota: Na década de 1850, existiam três escolas para formação de oficiais para o EB: a Escola Militar do Largo de São Francisco (Rio), a Escola de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e a Escola de Aplicação do Exército (Rio), esta chamada de Escola Militar da Praia Vermelha (Braga, 2011, p. 16).

- 9) 1906/11: Escola de Guerra (Porto Alegre);
- 10) 1912: Escola Militar (Realengo, Rio), depois chamada de Escola Militar do Realengo (EMR) para diferenciá-la da Escola Militar de Resende (também EMR, em 1944); a EM do Realengo foi extinta em 31 Dez 1944;
- 11) 1944: Escola Militar de Resende;
- 12) 1951: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, Resende).

A AMAN tornou-se, ao longo da história do Brasil, a depositária das tradições, inovações e memórias das antigas escolas que a precederam na importante missão de formar oficiais para o Exército Brasileiro.



O CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO – 1919/2019 II CICLO DE PALESTRAS DA AHIMTB/RS

Concluimos em 24 de abril às 1630 horas o referido Ciclo.

Todos os objetivos foram alcançados. A programação seguiu conforme o planejado.

As palestras de abertura e de fechamento contaram com a presença do Comandante Militar do Sul, General Miotto.

Participaram o Adido Militar da França no Brasil – Coronel Orlianges, e o pesquisador/historiador Adrien Nery, também francês.

O auditório do Museu Militar do CMS foi suficiente para as atividades e tudo funcionou muito bem.

Aproveito para agradecer uma vez mais as colaborações do CMS (Sec Com Soc e Museu), da 3ª Região Militar (Hotel de Trânsito e Base de Apoio Administrativo), Federação das Indústrias do RS (FIERGS)/Centro das Indústrias do RS (CIERGS) e Fundação Habitacional do Exército/Poupança do Exército (FHE-POUPEX).

Deste modo, a AHIMTB/RS cumpriu a diretriz do Exército Brasileiro no sentido de promover a comemoração do centenário da Missão.

Lembrando o que disse o General Eurico Gaspar Dutra na página 26 do livro DUTRA, Eurico Gaspar, Marechal. O Dever da Verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983:

“Embora limitada, por exigências do Estado-Maior do Exército, a um papel de consultora, a Missão teve efeitos profundos em toda a organização do Exército.

Pode-se dizer que nosso Exército teve duas fases, uma anterior e outra posterior àquela Missão”.



O ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflete.

Aristóteles

É INDISPENSÁVEL A UM HOMEM RECONHECER O USO QUE DEVE FAZER DO SEU PRÓPRIO CONHECIMENTO.

PLATÃO

EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS
CEL INF EM PRESIDENTE DA AHIMTB/RS
LECAMINHA@GMAIL.COM

SITES:

WWW.AHIMTB.ORG.BR
WWW.ACADHISTORIA.COM.BR
SITE DO NEE/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR
SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM
BLOG DA DELEGACIA DA AHIMTB/RS EM CRUZ ALTA:
HTTP://ACADHISTORIACRUZALTA.BLOGSPOT.COM.BR/